

NUVENS NEGRAS NO HORIZONTE DAS UNIVERSIDADES... E DO BRASIL, TAMBÉM... Avaliação do 47º CONAD

O 47º CONAD - Conselho do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – (ANDES – Sindicato Nacional) aconteceu no período de 31 de outubro a 3 de novembro de 2003, em Natal, norteado pelo tema *“Estado, Democracia e Serviços Públicos: Esta Luta é de Todos Nós”*.

Foram discutidas várias teses, apresentadas por ADs ou individualmente por docentes, agrupadas em três eixos: *Movimento Docente e Conjuntura, Avaliação e Atualização do Plano de Lutas, Questões Organizativas e Financeiras*.

Neste Boletim, publicamos a **Carta de Natal**, documento aprovado na plenária final do encontro e que reflete as discussões que ali ocorreram.

Ainda nem terminou a tramitação da Reforma da Imprevidência, e o governo já aprofunda as ameaças contra a universidade pública ao anunciar a reforma universitária, soltando balões de ensaio sobre ensino pago, “provões” periódicos para os docentes e outros absurdos. Embora tão absurdos, esses “balões”, infelizmente, merecem credibilidade, pois esse governo vem se esmerando na destruição de serviços públicos e de carreiras de Estado, conseqüentemente da própria noção de Estado e de soberania.

Vale registrar que a reforma da previdência teve sua tramitação no Senado atropelada pela prepotência do próprio governo federal, que simultaneamente desencadeou a reforma tributária e ainda editou uma MP sobre o sistema tributário em plena discussão da reforma pelo legislativo. Atualmente, a moeda de troca da oposição é exatamente a previdência pública, para negociar mudanças na reforma tributária. Até onde são confiáveis as constantes declarações de lideranças, em especial as do PFL, sobre exigências em mudar alguns pontos na reforma da previdência (incluído aí o estabelecimento de regras de transição reais) só poderemos saber *a posteriori*. Por enquanto, temos que manter nossa luta, pressionando mais e mais os senadores para conquistarmos não alguns avanços, mas o impedimento de tantos retrocessos. Afinal, como lembra nosso último Caderno ADunicamp, *“O jogo só termina quando acaba”*.



É importante ressaltar que existiam vozes discordantes no CONAD. A oposição à atual diretoria do ANDES-SN apresentou texto com críticas ao modo com vem sendo encaminhado o movimento docente em âmbito nacional, especialmente no que diz respeito às reivindicações e à luta contra a reforma da previdência. Em um discurso permeado de ambigüidades, que vai se constituindo com críticas à autonomia e independência adotadas pela atual direção do ANDES, para chegar à defesa de uma “agenda possível”, desvela-se a proposta de adesão ao governo Lula, especialmente quando se defende que as reivindicações do movimento docente devem ser pautadas pelo que pode ser atendido pelo governo. **Cabem aqui duas perguntas: 1) o que seria uma “agenda possível”? aquela que “pode” vir a ser atendida pelo governo? aquela que o governo quer ou se dispõe a negociar? 2) quais as fontes a que este grupo tem acesso privilegiado para saber o que o governo pretende atender??**

Um dado não pode ser esquecido: as diretorias do ANDES-SN e de várias ADS, inclusive da Adunicamp, têm recebido, por vias indiretas, recados de que estariam incomodando demasiadamente os governos e lideranças petistas, nas três esferas de poder, por sua luta contra a reforma da previdência e demais políticas liberais recém-adotadas pelo PT. O movimento docente tem sido realmente um dos mais aguerridos na defesa de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora e, com isso, vem-se tornando alvo preferencial. Ameaças de destruição das entidades representativas de docentes são cada vez mais freqüentes, chegando mesmo a serem verbalizadas na plenária final do 47º CONAD.

Neste contexto, mais do que nunca, é importante lutarmos para

garantir que nossas entidades (Adunicamp, ANDES-SN e todas as ADs) permaneçam intransigentemente norteadas pela autonomia e independência sindical a toda e qualquer instância, governamental, partidária, ou institucional.

CARTA DE NATAL

Os 48 delegados e os 104 observadores, reunidos no 47º CONAD, realizado em Natal-RN, no período de 31 de outubro a 2 de novembro de 2003, avaliaram e atualizaram o Plano de Lutas, Eixos e Bandeiras do ANDES-SN, levando em consideração os elementos centrais da conjuntura, a saber: o levante dos trabalhadores e do povo boliviano contra um governo pró-imperialista e pró-ALCA, e o avanço acelerado, no Brasil, das reformas para ajustes estruturais de interesse do capital.

Após um seminário sobre as reformas trabalhista e sindical, que precedeu a abertura do evento, a análise de conjuntura deixou claro o entendimento da base do ANDES-SN sobre a caracterização do governo Lula como um governo que aprofunda os ajustes estruturais e adota medidas que ferem preceitos constitucionais e retiram direitos sociais.

A discussão do Plano de Lutas do sindicato reafirmou a justeza das reivindicações do Movimento Docente, que luta por uma pauta em que se destaca a defesa dos salários e da carreira, dos direitos sindicais, dos serviços públicos de qualidade, da seguridade social, da educação pública com garantia de dotação orçamentária adequada às necessidades dos trabalhadores e do povo. A avaliação destacou também a relevância social e política da inserção do ANDES-SN na luta unificada dos servidores públicos e o papel estratégico que desempenha no conjunto do movimento sindical e popular, em uma conjuntura onde a censura velada, a cooptação, a perda da autonomia e independência das organizações da classe avançam de maneira avassaladora. Organismos, a exemplo da CUT, não podem ser destruídos pelos interesses manifestos do capital e dos governantes, sem que ocorra um aprofundamento no combate a sua destruição. Este combate implica enfrentamento de políticas que, aplicadas pela direção da Central, levam ao reforço dos interesses das classes dominantes em detrimento das reivindicações dos trabalhadores. Uma tal atitude dissemina a divisão e leva à derrota. A ela responderemos com unidade fundamentada no embate pelo atendimento das reivindicações dos trabalhadores e na manutenção dos fundamentos da CUT: autonomia, independência e democracia.

A Central Única dos Trabalhadores está chamada a desempenhar seu papel historicamente afirmado de defesa das reivindicações dos trabalhadores. Assim, decidimos não participar de fóruns do governo que, pretensamente tripartites, constroem falsos consensos entre trabalhadores, capital e governo. Se os fóruns tripartites, em governos anteriores, configuravam-se como desvantajosos, colocando patrões e governos contra os trabalhadores, hoje nos confrontamos com o agravante de que os organismos de luta estão sendo cooptados para desempenharem papel de coadjuvantes no aprofundamento de políticas destruidoras de direitos.

Pretende-se, com isso, diluir a força dos sindicatos na defesa das reivindicações, em fóruns governamentais ou não-governamentais, facilitando ao capital a sua tarefa de manter seus lucros absurdos à custa de perdas de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. No campo da educação, os exemplos de cooptação proliferam, basta observarmos as estratégias para implementar o sistema de certificação de

professores, a nomeação autoritária da comissão interministerial para a reforma universitária, a proposta verticalista do SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior. Por outro lado, a mesa específica - MEC e movimento sindical universitário - não avança na medida do necessário e do urgente. No concernente à Mesa Nacional de Negociação Permanente, após 10 meses do governo Lula, o orçamento da união e o PPA (Plano Plurianual 2004-2007) não traduziram em leis as reivindicações do Movimento Docente e dos servidores públicos em geral. Para o governo Lula, o urgente é manter os acordos com o FMI, que impõem, nas negociações, metas de superávit primário às custas da contração dos gastos sociais e do arrocho salarial dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral, de forma a assegurar recursos da sociedade para os credores; políticas monetárias que reduzem consumo e investimentos, forçando políticas de exportação para gerar os dólares necessários à “solvência externa”; plena liberdade de movimentação do capital para que as transferências ao exterior não enfrentem obstáculos; privatização dos bancos estatais; privatização da previdência pública; privatização dos serviços públicos e da universidade pública. A ALCA, que o imperialismo ianque tenta impor com a anexação das nações latino-americanas, é o corolário dessa política.

Isso significa, na avaliação do 47º CONAD, que temos pela frente um período de grande embate e de muita mobilização e organização. Significa a necessidade da intensificação da luta em prol da solidariedade internacional dos trabalhadores, e da aliança entre os povos da América Latina contra a pilhagem imperialista que trará, como conseqüência, a destruição das nações de nosso continente. Esse embate coloca como central a solidariedade ativa com a luta emancipadora do povo boliviano. Levará ao avanço nas iniciativas contra a ALCA para barrá-la; à defesa intransigente da não-assinatura pelo governo Lula de um novo acordo e do rompimento com o FMI; à defesa firme da não-punição daqueles que se mantêm coerentes com a luta da classe trabalhadora; à exigência da libertação imediata de presos políticos que defendem a reforma agrária dos trabalhadores e ao avanço da conscientização das bases para barrar reformas reacionárias e exigir que as reivindicações sejam atendidas.

Às reformas sindical e trabalhista com as quais, ao lado de redução de direitos, o governo objetiva regular as formas de organização dos trabalhadores, responderemos com a luta em defesa dos direitos e conquistas, previstos na legislação, com a reafirmação da plena liberdade e autonomia sindical e com a unidade das organizações sindicais.

A conjuntura aponta para um período que exigirá maior ousadia na luta em defesa da universidade e da educação pública, laica, gratuita, de qualidade socialmente referenciada, pela autonomia e liberdade sindical, contra o pagamento da dívida externa, pelo rompimento das negociações para implementar a ALCA e pelo atendimento às reivindicações dos trabalhadores.

O ANDES-SN como sindicato classista, autônomo e de luta coloca-se à altura desse desafio.

Natal, 2 de novembro de 2003.